



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO: TC- 01359/07**

*Prefeitura Municipal de João Pessoa. Pensão por morte. Boa fé. Arquivamento.*

**ACÓRDÃO AC1 – TC 001986/2012**

### **RELATÓRIO**

Cuidam os presentes autos de exame da legalidade de pensão concedida a Sra. Nautilia Targino de Moraes, esposa do ex-prefeito Sr. Manoel Ribeiro de Moraes. O ex-prefeito faleceu em 26/06/82, tendo o benefício sido concedido conforme Decreto nº 1.665/87, em 23/11/87, à luz da Lei nº 4.879/85.

Em seu relatório inicial, a Unidade Técnica de Instrução deste Tribunal concluiu que a pensão concedida não se trata de benefício previdenciário, sujeito a registro por parte desta Corte de Contas, por determinação do art. 71, III da Constituição Estadual, mas sim de uma pensão de caráter assistencial paga pelo Tesouro municipal, não havendo qualquer despesa por parte do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa – IPM, conforme informação extraída do SAGRES. Ademais, destaca a Auditoria que, em consulta ao SAGRES, restou constatado que o benefício não mais está sendo pago.

Em seguida, os autos tramitaram pelo Ministério Público Especial, que, em Parecer da lavra da Procuradora Elvira Samara Pereira de Oliveira, pugnou pelo arquivamento dos autos.

É o Relatório, tendo sido dispensadas as notificações de praxe.

### **VOTO DO RELATOR**

Compulsando-se os autos, verifica-se que a pensão por morte concedida a Sra. Nautilia Targino de Moraes, objeto do processo em tela, não possui caráter previdenciário, e, sim, assistencial, tendo sido pega pelo Tesouro Municipal. Sendo assim, não se sujeita ao registro, por parte desta Corte de Contas, por determinação do art. 71, III da Constituição Estadual. Ademais, como bem expôs o Ministério Público Especial, “[...] não se poderia admitir que, após longo período temporal de consolidação de uma situação, amparada legalmente, a Administração Pública pudesse agredir a esfera de direitos de um Administrado, de modo brusco [...]”. Destaca-se, ademais, que, conforme apurado pela Auditoria, o benefício não tem mais sido pago pelo Tesouro Municipal. Sendo



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

assim, ante o exposto, voto pelo arquivamento do presente processo, sem o julgamento do seu mérito.

É o voto.

### **DECISÃO DA 1ª CÂMARA**

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC 01359/07, e;

Considerando que a pensão por morte concedida a Sra. Nautilia Targino de Moraes, objeto do processo em tela, não possui caráter previdenciário, e, sim, assistencial, tendo sido pega pelo Tesouro Municipal;

Considerando que restou evidenciada a boa fé na percepção, pela viúva do ex-parlamentar, do benefício em tela, não cabendo, pois, razões para qualquer imputação;

Considerando que o benefício não tem mais sido pago pelo Tesouro Municipal;

Acordam os MEMBROS DA 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em determinar o arquivamento do presente processo sem julgamento do mérito.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.  
Sala das Sessões da 1ª. Câmara do TCE-PB  
João Pessoa, 06 de Setembro de 2012

---

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima  
Presidente da 1ª Câmara e Relator

---

Representante do Ministério Público junto ao TCE-PB